



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Comissão Julgadora Concurso de Projetos – Portaria SES Nº 1189 de 03/09/2025

Edital de Concurso de Projetos nº 002/2025,

PSES n.º 305179/2024

Objeto: Seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social para celebrar o Contrato de Gestão para o gerenciamento, a operacionalização e a execução das atividades e serviços de saúde no Hospital da Criança Augusta Muller Bohner (HC).

Recorrente: Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão em Saúde - INSAUDE

I- RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela OS, Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão em Saúde - INSAUDE, em face da decisão do resultado de habilitação, em que solicita a inabilitação das entidades proponentes: Instituto Santa Clara e Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão-IMAS.

II- TEMPESTIVIDADE

O presente recurso administrativo é tempestivo, uma vez que a Recorrente apresentou o seu recurso dentro do prazo estabelecido em edital, ou seja, em 22 de outubro de 2025, o prazo recursal é de três dias úteis, a contar da divulgação do resultado preliminar no DOE, conforme previsto no item 4.6 do instrumento convocatório, o prazo recursal findou em 23/10/2025.

III- DAS RAZÕES DA RECORRENTE

A Recorrente solicita a inabilitação das seguintes OS: Instituto Santa Clara e Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão-IMAS, imputando a ela os seguintes pontos e argumentos:

a) Instituto Santa Clara

Alega a recorrente que a OS Instituto Santa Clara deixou de apresentar a comprovação da publicação dos balanços patrimoniais referentes aos exercícios de 2023 e 2024, considerou que ocorreu o descumprimento do item 9.4 e 9.4.2 do edital.



Aduz, que a não apresentação das publicações legais dos balanços patrimoniais compromete a transparência e a regularidade da demonstração contábil, impedindo a devida aferição da capacidade econômico-financeira da licitante, em desacordo com o disposto na legislação vigente.

Por fim, solicita à recorrente a inabilitação do Instituto Santa Clara.

b) IMAS

Alega a recorrente que a OS IMAS, deixou de apresentar a certidão narrativa emitida pelo cartório competente referente as últimas alterações dos ato constitutivo/estatuto social ou de qualquer outro documento oficial apto a comprovar que o estatuto social apresentado é o último devidamente registrado, infringindo assim o item 9.1 e subitem 9.1.1 do edital

Alega que a certidão narrativa é imprescindível para a comprovação da regularidade jurídica e da atualização do ato constitutivo da entidade.

Alega que o edital do Concurso de Projetos no 002/2025, em seu item 9.1 e subitem 9.1.1, estabelece expressamente a obrigatoriedade da apresentação dos documentos de habilitação jurídica, dentre os quais se incluem a comprovação da constituição e das alterações posteriores da entidade, mediante certidão atualizada emitida pelo cartório competente.

Por fim, solicita à recorrente a inabilitação do IMAS.

IV- DAS CONTRARRAZÕES

a) A recorrida Instituto Santa Clara em resposta ao recurso interposto pela recorrente apresentou as contrarrazões nos seguintes termos:

Do Alegado Descumprimento do Item 9.4.2:

A entidade em comento apresentou o balanço patrimonial e o resultado do exercício dos anos de 2023 e 2024, através dos registros perante o SPED da entidade, e aduz que tais documentos são suficientes para fundamentar as declarações de liquidez da entidade, igualmente apresentados no envelope. Ainda assim conclui que segundo o Edital, a participante deveria demonstrar saúde econômica através de:



“9.4.4. Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pela entidade dos índices econômicos, apresentando os cálculos dos seguintes índices, provenientes de dados dos balanços apresentados:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP) \geq 1$$

$$ILC = (AC) / (PC) \geq 1$$

$$ISG = AT / (PC + ELP) \geq 1”$$

e que a FINALIDADE DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS É FUNDAMENTAR A DECLARAÇÃO DOS ÍNDICES SOLICITADOS, e para tanto, todas as informações necessárias para tal aferição se encontram disponíveis.

Por todo o exposto, requer o recebimento das contrarrazões ora apresentadas, para que ao final, digne-se a Comissão a julgar improcedente o recurso da empresa INSAUDE, em face do Instituto de Saúde Santa Clara, ante o cumprimento integral das regras do Edital por esta, devendo a habilitação se manter égide.

b) A recorrida IMAS em resposta ao recurso interposto pela recorrente apresentou as contrarrazões nos seguintes termos:

DO CUMPRIMENTO SUBSTANCIAL DA EXIGÊNCIA EDITALÍCIA:

O IMAS refuta a alegação do recorrente, demonstrando que a finalidade do Item 9.1.1 do Edital foi integralmente alcançada por meio de documentação de fé pública, que atesta a atualidade e o registro do Estatuto Social, conforme as averbações realizadas no cartório competente.

A recorrida afirma ter apresentado a documentação de Habilitação, a CERTIDÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA emitida pelo Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Jurídicas de Sombrio/SC. Aduz que este documento oficial atesta, de forma inequívoca e com fé pública o registro e últimas alterações do Estatuto da entidade, além do documento detalhar de forma narrativa todas as averbações realizadas e registradas.

Por fim refere que a Certidão de Personalidade Jurídica, ao relacionar cronologicamente todas as modificações estatutárias e suas respectivas datas de registro (averbações), cumpre de forma integral e superior a finalidade da "certidão narrativa das últimas alterações" exigida pelo Item 9.1.1. Além disso, conclui que a certidão apresentada é



o "outro documento oficial apto a comprovar que o ato constitutivo/estatuto social apresentado é o último registrado".

Diante do exposto, afirma que o IMAS cumpriu a exigência do Item 9.1.1 por meio da apresentação de Certidão de Personalidade Jurídica, documento oficial que cumpre a mesma finalidade de comprovar a atualidade e o registro das últimas alterações estatutárias, estando apto a seguir no certame.

V- DA ANÁLISE

a) Instituto Santa Clara

Em relação ao recurso interposto pela INSAÚDE pela possível falta de comprovação da publicação dos balanços patrimoniais referentes aos exercícios de 2023 e 2024 do Instituto Santa Clara, esta comissão julgadora esclarece que os documentos foram apresentados, ademais o parecer contábil do Instituto Santa Clara se encontra disponível nas páginas 13725 a 13727 do processo digital.

Assim, conforme consta em edital, o item 9.4.2 requer *o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais*, não se referindo a comprovação da publicação legal de tais documentos.

Portanto, a ausência da publicação dos balanços patrimoniais não configura motivo de desclassificação, pois o parecer contábil considerou válida a documentação apresentada.

b) IMAS

Em relação ao recurso interposto pela recorrente em face do IMAS por possivelmente não ter apresentado Certidão Narrativa emitida pelo cartório competente referente as últimas alterações do ato constitutivo/estatuto social, conforme previsto no item 9.1 do edital, esta comissão esclarece que a entidade recorrida apresentou a Certidão de Personalidade Jurídica. O documento encontra-se nas páginas 12114 a 12133 do processo digital.



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Comissão Julgadora Concurso de Projetos – Portaria SES Nº 1189 de 03/09/2025

Portanto, a ausência da certidão narrativa não configura motivo de desclassificação, pois a entidade apresentou a certidão de personalidade jurídica com todas as alterações do ato constitutivo/estatuto social.

VI – CONCLUSÃO

Por todo exposto, e considerando a vinculação ao instrumento convocatório CONHECEMOS DO RECURSO interposto pelo Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão em Saúde - INSAUDE, por atender aos requisitos de admissibilidade para, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO, pelos motivos já esclarecidos.

Submeta-se a decisão desta Comissão Julgadora, à apreciação da Autoridade Competente para julgamento do recurso, a fim de manter ou reformar as decisões que não foram revistas.

[Assinado digitalmente]
Marciane Hillesheim

Presidente da Comissão

[Assinado digitalmente]
Flávia Maria Zandavalli Neves da
Fontoura

Membro - SES

[Assinado digitalmente]
Sílvia Rosana De Bettio

Membro - SES

[Assinado digitalmente]
Liliane Aparecida de Oliveira
Membro - SES

[Assinado digitalmente]
Karine Dias de Arruda
Membro - SES

[Assinado digitalmente]
Robson Pedroso Rodrigues
Membro - SES



Assinaturas do documento



Código para verificação: **P9I8W2G7**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **SILVIA ROSANA DE BETTIO** (CPF: 833.XXX.199-XX) em 30/10/2025 às 14:47:22
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:08:32 e válido até 13/07/2118 - 15:08:32.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ROBSON PEDROSO RODRIGUES** (CPF: 996.XXX.081-XX) em 30/10/2025 às 14:50:47
Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/07/2024 - 14:34:40 e válido até 10/07/2124 - 14:34:40.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **KARINE DIAS DE ARRUDA** (CPF: 060.XXX.099-XX) em 30/10/2025 às 15:00:13
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/06/2022 - 13:39:47 e válido até 23/06/2122 - 13:39:47.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **FLAVIA MARIA ZANDEVALI NEVES DA FONTOURA** (CPF: 059.XXX.649-XX) em 30/10/2025 às 15:08:23
Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/09/2021 - 10:40:42 e válido até 14/09/2121 - 10:40:42.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MARCIANE HILLESHEIM** em 30/10/2025 às 15:15:16
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/07/2019 - 11:17:04 e válido até 23/07/2119 - 11:17:04.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAzMDUxNzlfMzA4NDU3XzlwMjRfUDIJOFCyRzc=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00305179/2024** e o código **P9I8W2G7** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.